



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
ESCOLA DE DIREITO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA
COORDENAÇÃO ADJUNTA DE TRABALHO DE CURSO
ARTIGO CIENTÍFICO

**DIREITO AO ESQUECIMENTO E AS DIFICULDADES DO APENADO PARA
REINSERÇÃO NA SOCIEDADE BRASILEIRA**

ORIENTANDO - MATTHÄWS LIMA DE SOUSA

ORIENTADOR – PROFº DR. NIVALDO DOS SANTOS

GOIÂNIA-GO

2021

MATTHÄWS LIMA DE SOUSA

**DIREITO AO ESQUECIMENTO E AS DIFICULDADES DO APENADO PARA
REINSERÇÃO NA SOCIEDADE BRASILEIRA**

Artigo científico apresentado à disciplina
Trabalho de Curso II, da Escola de Direito e
Relações Internacionais, Curso de Direito,
da Pontifícia Universidade Católica de Goiás
(PUC GOIÁS).

Prof. Orientador: Dr. Nivaldo Dos Santos

GOIÂNIA-GO

2021

MATTHÄWS LIMA DE SOUSA

**DIREITO AO ESQUECIMENTO E AS DIFICULDADES DO APENADO PARA
REINSERÇÃO NA SOCIEDADE BRASILEIRA**

Data da Defesa: 02 de dezembro de 2021

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Nivaldo dos Santos

Nota

Examinador Convidado: Prof. Esp. Anderson Rosa Ribeiro

Nota

SUMÁRIO

RESUMO	5
INTRODUÇÃO.....	6
CAPÍTULO I – O DIREITO AO ESQUECIMENTO NO DIREITO COMPARADO E SUA EFETIVIDADE NA REINTEGRAÇÃO SOCIAL.....	8
1.1 O DIREITO AO ESQUECIMENTO NO BRASIL.....	8
1.1.1 O ESTIGMA DOS EX-EGRESSOS DO SISTEMA PRISIONAL NA SOCIEDADE.....	10
1.2 LIBERDADE À INFORMAÇÃO E A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA.....	11
CAPÍTULO II – A RESSOCIALIZAÇÃO E A REINserÇÃO SOCIAL DO APENADO.....	15
2.1 REABILITAÇÃO CRIMINAL.....	15
2.2 EX-APENADOS NO MERCADO DE TRABALHO.....	18
CAPÍTULO III – O ENTENDIMENTO DAS CORTES SUPERIORES.....	20
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	22
REFERÊNCIAS.....	24

DIREITO AO ESQUECIMENTO E AS DIFICULDADES DO APENADO PARA REINserÇÃO NA SOCIEDADE BRASILEIRA

Matthäws Lima de Sousa¹

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo avaliar como o ordenamento jurídico brasileiro busca através do direito ao esquecimento a proteção à imagem, à honra e à integridade do ex-detento no processo de ressocialização. A metodologia da pesquisa foi bibliográfica, visando como fonte legislação, doutrina, jurisprudência, artigos científicos e afins. O direito ao esquecimento também tem relação com a necessidade de que uma pessoa possa ter uma vida normal caso tenha passado por uma situação, como um delito, que a manteve presa. O que deve existir é uma lei que proteja a liberdade de expressão, que estabeleça seus limites e em que situações o judiciário pode autorizar a desindexação de uma informação. Como um ex-apenado, há uma maior dificuldade de reinserção na sociedade, obstando que o mesmo possa ter um convívio normal perante a comunidade, como trabalhando e estudando.

Palavras-chave: Direito ao esquecimento. Liberdade da Informação. Ressocialização. Dignidade da pessoa humana.

¹Acadêmico do Curso de Direito da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

INTRODUÇÃO

O Direito ao Esquecimento parte do princípio do direito da personalidade, ligado ao direito à privacidade e à intimidade com objetivo de reter a divulgação de informações que aconteceram no passado de um indivíduo.

O conflito entre a liberdade de informação e o direito à privacidade requer uma equivalência, de forma que não se configure censura nem violação privada.

As construções do Direito ao Esquecimento que insurge nas decisões jurisprudenciais e doutrinárias partem que alguns princípios delineados no ordenamento jurídico, por exemplo, na Constituição Federal de 1988, o princípio da dignidade da pessoa humana estabelece um fundamento da República e do nosso Estado democrático de Direito, que molda o papel do Estado sobre os cidadãos.

O indivíduo que tem sua imagem vinculada a um acontecimento infeliz já ultrapassado, após o enfrentamento de todo um processo judicial para assim ser inserido ou reinserido no âmbito social, luta contra mais obstáculos em sua jornada quando lhe é imposto, cargas passadas. Sendo assim, um alvo fácil para preconceitos no mercado de trabalho.

Vivemos em uma sociedade que busca mesmo que inconscientemente, eliminar as possíveis chances de mudanças do outro, cancelando oportunidades e escavando “podres” para exposição. Por exemplo, pessoas famosas constantemente são expostas à vexames anteriores ao seu auge de estrelismo, numa tentativa de serem derrubados do pódio.

A popular cultura do cancelamento na internet, já é antiga para reeducando no mercado de trabalho. Deixando esta parcela de cidadãos sem opções reais e desanimados para recomeçar.

A exposição é como uma arma. Até que ponto imprensa e a internet podem associar eternamente situações passadas distintas da vida privada atual do cidadão? A vivência pautada por um estigma provoca inconscientemente o atraso na

busca por redenção e construção de uma nova vida. Em uma pluralidade de perspectivas, a privacidade e a liberdade carregam o mesmo peso em virtude de uma vida digna.

CAPÍTULO I – O DIREITO AO ESQUECIMENTO NO DIREITO COMPARADO SUA EFETIVIDADE NA REINTEGRAÇÃO SOCIAL

O direito ao esquecimento surgiu no direito Europeu e tem ganhado importância com a expansão midiática, principalmente com a excessiva quantidade de pessoas com acesso à internet.

O direito ao esquecimento ou direito de estar só ou direito de ser deixado em paz tudo, mesmo não estando positivado no ordenamento jurídico brasileiro, é considerado uma evolução do direito personalíssimo à privacidade, esse nasce como a opção de ser negligenciado a vinculação de um indivíduo a determinado fato passado, mesmo após ser noticiado à população em geral, seja na TV, jornais, revistas ou web.

Está é uma garantia que integra um importante princípio da dignidade da pessoa humana, resultado dos padrões da resguardada vida privada e seus aspectos.

1.1 O DIREITO AO ESQUECIMENTO NO BRASIL

Apesar de ter sido reconhecido oficialmente no Brasil há pouco tempo, o Direito ao Esquecimento já tem sido pauta de discussões na Europa e nos EUA há anos.

O jurista e filósofo belga, Ost (2005, p. 161), trata a respeito de uma intrigante escolha de 1983 pelo Tribunal de Última Instância de Paris (Sra. Filipachi Cogedipresse), em que o Direito ao Esquecimento foi garantido, vejamos:

[...] qualquer pessoa que se tenha envolvido em acontecimentos públicos pode, com o passar do tempo, reivindicar o direito ao esquecimento; a lembrança destes acontecimentos e do papel que ela possa ter desempenhado é ilegítima se não for fundada nas necessidades da história ou se for de natureza a ferir sua sensibilidade; visto que o direito ao esquecimento, que se impõe a todos, inclusive aos jornalistas, deve igualmente beneficiar a todos, inclusive aos condenados que pagaram sua dívida para com a sociedade e tentam reinserir-se nela. (OST, 2005, p. 161)

Ou seja, é o privilégio da pessoa não estar associada a circunstâncias humilhantes ou vexatórias do passado, independentemente de ser válida.

Está corrente jurídica adquiriu uma forma mais notável devido ao endosso do Enunciado nº 531 do Conselho de Justiça Federal (CJF), estipulou que a tutela da dignidade da pessoa humana na sociedade da informação, inclui o direito ao esquecimento, (VII JORNADA DE DIREITO CIVIL, 2013). Além disso, a justificativa usada informa que:

A tutela da dignidade da pessoa humana na sociedade da informação inclui o direito ao esquecimento. Justificativa: Os danos provocados pelas novas tecnologias de informação vêm-se acumulando nos dias atuais. **O direito ao esquecimento tem sua origem histórica no campo das condenações criminais. Surge como parcela importante do direito do ex-detento à ressocialização.** Não atribui a ninguém o direito de apagar fatos ou reescrever a própria história, mas apenas assegura a possibilidade de discutir o uso que é dado aos fatos pretéritos, mais especificamente o modo e a finalidade com que são lembrados. Referência Legislativa: Art. 11 Lei n. 10.406/2002”.

(sem o grifo original)

Em tempos modernos, com o advento da internet através da tecnologia, em um crescimento exponencial dos mecanismos de busca ilimitados sobre notícias, fotos e dados, faz com que o ambiente virtual detenha a liberdade de atravessar e violar barreiras para obter informações de qualquer pessoa.

Costa Júnior (2007, p. 16), sobre o assunto, assim disserta:

Aceita-se hoje, com surpreendente passividade, que o nosso passado e o nosso presente, os aspectos personalíssimos de nossa vida, até mesmo sejam objeto de investigação e todas as informações arquivadas e livremente comercializadas. O conceito de vida privada como algo precioso, parece estar sofrendo uma deformação progressiva em muitas camadas da população. Realmente, na moderna sociedade de massas, a existência da intimidade, privacidade, contemplação e interiorização vem sendo posta em xeque, numa escala de assédio crescente, sem que reações proporcionais possam ser notadas. COSTA JÚNIOR (2007, p. 16)

Em uma pluralidade de perspectivas, a privacidade e a liberdade carregam o mesmo peso em virtude de uma vida digna. Conduzir-se por uma lógica distinta, subordinando, em algumas situações, o direito individual à intimidade ao direito coletivo à informação delimita o bom senso categoriza quais fatos históricos são

relevantes para emergirem do esquecimento barrando à ressocialização, como dispõe Greco (2011, p. 477):

[...] De que adianta, por exemplo, fazer com que o detento aprenda uma profissão ou um ofício dentro da penitenciária se, ao sair, ao tentar se reintegrar na sociedade, não conseguirá trabalhar? E se tiver de voltar ao mesmo ambiente promíscuo do qual fora retirado para fazer com que cumprisse sua pena? Enfim, são problemas sociais que devem ser enfrentados paralelamente, ou mesmo antecipadamente [...].GRECO (2011, p. 477)

O fator social continua a ser influência negativa desde o cometimento do delito quanto ao retorno do sentenciado à liberdade.

1.1.1 O ESTIGMA DOS EX-EGRESSOS DO SISTEMA PRISIONAL NA SOCIEDADE

O ex-detento sofre com diversos preconceitos após o cumprimento de sua pena, passando a ser segregado para ambientes marginalizados, isso faz com que seja prejudicada a sua reabilitação à sociedade.

Victor-Marie Hugo, autor do best seller “Os Miseráveis” (1862), retrata preconceito e obstáculos vivenciados pelo protagonista Jean Valjean, que busca sua reabilitação, ao sair de um encarceramento de 19 anos, 5 anos por roubar pão e mais 14 anos por tentativas de fuga.

No decorrer da trama, o personagem em cumprimento de sua liberdade ao sair da prisão, sob condicional, Jean Valjean é obrigado apresentar documentos que informam que: um ex-presidiário é extremamente perigoso.

O protagonista se encontra abandonado, sem quaisquer chances de se reintegrar no meio social, e apenas o *animus* em reestabelecer sua vida não basta diante da dura realidade das condições em que se encontra. Sendo assim, vê-se obrigado a trocar de identidade para ter um recomeço digno.

A população brasileira está cheia de “Valjeans”, diante de um massacrante ciclo vicioso composto de preconceitos e falta de oportunidade, antes e depois do fato delituoso.

1.2 LIBERDADE À INFORMAÇÃO E A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

Na efetividade o Direito ao Esquecimento visa retirar informações antigas sobre determinada conduta, principalmente na esfera virtual. O direito de acesso à informação, está autenticado como um direito humano básico por diversos instrumentos internacionais, está disposto no artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, 5º, inciso XXXIII da Constituição brasileira.

Portanto, a liberdade de informação se refere a fatos de caráter público, de interesse coletivo e abrangem parte das informações individuais.

No Brasil, o direito de acesso às informações de interesse coletivo ou geral, apesar transcrito na CF/88 como um direito fundamental, foi regimentado com o advento da LAI (Lei nº 12.527/2011), em 2011, bem como na Lei Geral de Proteção de Dados (13.709/2018) tem como principal objetivo proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

O acesso a informações públicas é assegurado, segundo o art. 9º da LAI, mediante a formação de um serviço de informações à população, nos órgãos e entidades do poder público, em local com atributos apropriados para o acolhimento dos pedidos e para recomendar às pessoas quanto ao acesso.

Desta forma, a Constituição permite a ampla circulação de fatos reais do dia a dia. Por conta disso, a liberdade de transmitir e comunicar informações a outro indivíduo sem qualquer impedimento ou censura por parte do Estado, sendo fundamental como instrumento de uma sociedade democrática, que desenvolve o questionamento racional por meio da veracidade do fática, porque em um Estado Democrático de Direito a livre representação dos meios jornalísticos deve ser plena, já que a mídia exerce uma função indispensável na validação da democracia.

É essencial frisar que a liberdade de expressão, que também é um direito fundamental assegurado pelo artigo 5º, em seu inciso IX, porém garante a manifestação de pensamentos, opiniões e crenças da pessoa sem se importar com a veracidade da notícia transmitida. E mais adiante o inciso XIV assegura a todos o acesso à informação, podendo assim, gerar um ciclo vicioso de propagação de dados sem controle.

A equivalência entre os princípios que regem a liberdade à informação e a privacidade individual de cada cidadão carece de determinação, pois se trata de um movimento jurídico delicado, sendo necessário analisar o caso isolado para um parecer judicial.

Segundo Moutinho (2015, p. 154) as informações que possuam caráter histórico ou interesse coletivo não devem ser esquecidas:

Fatos históricos não podem ser esquecidos, o conhecimento da história é muito importante para não se cometer os mesmos erros do passado, sendo assim, não se pode privar a sociedade do conhecimento da sua própria história pelo argumento de que tal conhecimento fere o direito à privacidade de alguns indivíduos, nesse caso é mais importante o interesse público da coletividade de conhecer a sua própria história. (MOUTINHO, 2015, p. 154)

Pondero que, por ser um direito fundamental, básicos como o privilégio de oportunidade de imprensa e dados, há necessidade de diferenciar o "interesse público" do "interesse do público" com um julgamento de proporcionalidade em cada caso substancial.

O princípio norteado pela Constituição Federal de 1988, molda a linha de raciocínio que para qual a uma sociedade sensata deve evoluir. A dignidade da pessoa humana está ligada à sua qualidade de vida, ou seja, a abrangência deste fundamento jurídico é intangível e atualiza-se conforme o mundo se transforma.

A doutrina de Nunes (2009, p. 48), faz a seguinte afirmação:

A dignidade humana é intangível. Respeitá-la, e protegê-la é obrigação de todo o poder público. Considero a dignidade da pessoa humana como sendo um supra princípio constitucional, entendendo que se encontra acima dos demais direitos constitucionais. NUNES (2009, p. 48)

A proteção da liberdade de informação sem qualquer forma de revisão prévia constitui uma das características atuais de uma sociedade democrática. Por outro lado, o direito à privacidade, também consagrado na Constituição Federal 5º, inciso V e X da Constituição brasileira, dispõe:

V – é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

E também tipificado no âmbito do civismo, os direitos da personalidade em razão de sua essencialidade, são os direitos necessários à vida humana, constituindo a base de todos os direitos da pessoa humana que, atualmente, decorre também de outros fatores sociais, todavia, o objetivo do direito inerente à personalidade é manter a integridade e a dignidade das pessoas. Visto que, a imagem e a honra representam proteção para expressar formas pessoais de forma virtual, real, estática ou dinâmica.

O Código Civil traz regras sobre o direito de imagem e o classifica como um direito da personalidade.

Art. 20. Salvo se autorizadas, ou se necessárias à administração da justiça ou à manutenção da ordem pública, a divulgação de escritos, a transmissão da palavra, ou **a publicação, a exposição ou a utilização da imagem de uma pessoa poderão ser proibidas**, a seu requerimento e sem prejuízo da indenização que couber, se lhe atingirem a honra, **a boa fama ou a respeitabilidade, ou se se destinarem a fins comerciais.**

Parágrafo único. Em se tratando de morto ou de ausente, são partes legítimas para requerer essa proteção o cônjuge, os ascendentes ou os descendentes.

(sem o grifo original)

Cabe ressaltar que, com o surgimento de novas situações, a proteção jurídica se faz necessária, sendo necessária uma análise criteriosa caso a caso para garantir o direito à personalidade essencial.

A Lei nº 13.709/18 em seu artigo 60, evidencia a Lei nº 12.965/14, 7º, X, (Marco Civil da Internet), consta vigente assim:

X - exclusão definitiva dos dados pessoais que tiver fornecido a determinada aplicação de internet, a seu requerimento, ao término da relação entre as partes, ressalvadas as hipóteses de guarda obrigatória de registros previstas nesta Lei e na que dispõe sobre a proteção de dados pessoais;

Os danos causados pelas novas tecnologias da informação estão se acumulando com a liberdade de imprensa quando há divulgação desnecessária de determinado fato pretérito que possa reativar dores já ultrapassadas. Conforme estabelece Schreibe (2013. p. 170):

De um lado, é certo que o público tem direito a lembrar fatos antigos. De outro, embora ninguém tenha direito de apagar os fatos, deve-se evitar que uma pessoa seja perseguida, ao longo de toda a vida, por um acontecimento pretérito. (...). Se toda pessoa tem direito a controlar a coleta e uso dos seus dados pessoais, deve-se admitir que tem também o direito de impedir que dados de outrora sejam revividos na atualidade, de modo descontextualizado, gerando-lhe risco considerável. O direito ao esquecimento (*diritto all'oblio*) tem sua origem histórica no campo das condenações criminais. Surge como parcela importante do direito do ex-detento à ressocialização, evitando-se que seja perseguido por toda a vida pelo crime cuja pena já cumpriu. (SCHREIBE 2013. p. 170)

Seguindo esta narrativa, a julgar pelas informações divulgadas pela mídia, a população flutuante transforma suspeitos de crimes em verdadeiros criminosos. Nessa perspectiva, Pereira Neto (2011, p.107) destacou que o julgamento preliminar da mídia sensacionalista macula o princípio constitucional do Direito Processual Penal, que é ser inocente perante uma condenação irrevogável.

Trata-se de uma ampliação de direitos, para proteção do reeducando, em meio a exposição de um ambiente tão hostil e ameaçador, que beira às margens da ignorância, de modo que a publicidade em torno de um delito, pode resultar em maior ou menor empenho da justiça.

CAPÍTULO II – A RESSOCIALIZAÇÃO E A REINSERÇÃO SOCIAL DO APENADO

Sarlet (2015), em suas considerações sobre o caso, afirma que o Tribunal Constitucional Federal Alemão entendeu que, embora a regra seja o da prevalência do interesse na informação, em função do tempo poderia ser prejudicial aos direitos de personalidade do reclamante, pois havia um grande transcurso de tempo desde os fatos, de maneira que o interesse público não seria mais atual, restringindo-se em face do direito à ressocialização:

O tribunal entendeu que embora a regra seja o da prevalência do interesse na informação, a ponderação, em função do transcurso do tempo desde os fatos (o julgamento é de junho de 1973), deve levar em conta que o interesse público não é mais atual e acaba cedendo em face do direito à ressocialização. Portanto, ainda de acordo com o TCF, se o interesse público na persecução penal, na divulgação dos fatos e da investigação numa primeira fase prevalece em face da personalidade do autor do fato, e tendo sido a opinião pública devidamente informada, as intervenções nos direitos de personalidade subsequentes já não podem ser toleradas, pois iriam implicar uma nova sanção social imposta ao autor do delito, especialmente mediante a divulgação televisiva e no âmbito de seu alcance. (SARLET, 2015)

A efetivação do direito ao esquecimento é um requisito básico para que o apenado tenha o direito a reabilitação criminal.

2.1 REABILITAÇÃO CRIMINAL

A legislação penal brasileira contempla a previsão e os parâmetros da reabilitação criminal. A reabilitação criminal é uma ação, desconhecida pelo senso comum, que visa assegurar ao condenado que já cumpriu pena o sigilo dos dados referentes à sua condenação, resguardando assim, seus direitos à igualdade e à intimidade.

Quando sigilo de antecedentes criminais é quebrado, surge uma inconstitucionalidade do direito de igualdade do indivíduo e também do seu direito à intimidade, à honra e à preservação da imagem.

A sociedade brasileira tem a criminalidade como problema grave, uma temática que precisa sempre ser estudada para se buscar soluções na devolução de

egresso ao ambiente social, porque a prisão ela carrega uma estigmatização, onde a pessoa tem uma série de dificuldades de retornar à sua vida anterior com a família e integrar no mercado de trabalho.

Ney Moura Teles traz um conceito bastante preciso sobre o que é a reabilitação criminal, qual seja:

É o instituto por meio do qual o condenado tem assegurado o sigilo sobre os registros acerca do processo e de sua condenação, podendo, ainda, por meio dele, adquirir o exercício de direitos interditados pela sentença condenatória, com a suspensão condicional de alguns efeitos penais da condenação. A reabilitação, por isso, é a recuperação, pelo condenado, de seu status quo anterior à condenação. Por ela, terá ficha de antecedentes ou boletim de vida pregressa sem qualquer referência à condenação sofrida, sem nenhuma notícia do crime praticado. (2006, p. 462)

Deve ser garantido que o apenado não seja citado nominalmente ou de forma que facilite a sua identificação, pois já adimpliu integralmente as penalidades em processo transitado em julgado na esfera da Justiça Penal.

O artigo 748 do Código de Processo Penal informa que não serão mencionados na folha de antecedentes as condenações anteriores.

Na mesma linha, o artigo 135 do Código Penal Militar estipula que, declarada a reabilitação daquele que cometeu o crime, serão cancelados, mediante averbação, os antecedentes criminais.

O Código Penal assim prevê acerca do instituto da reabilitação:

Art. 93 – A reabilitação alcança quaisquer penas aplicadas em sentença definitiva, **assegurando ao condenado o sigilo dos registros sobre o seu processo e condenação.**

(sem grifo original)

Os condenados com sentença transitada em julgado, que já tenha transcorrido 2 (dois) anos da data da extinção da pena, nos termos do artigo 94 do Código Penal, tem é direito ao benefício da reabilitação criminal, desde que preenchidos todos os requisitos necessários à sua concessão.

Acontece que muito indivíduos que conseguem se empregar durante este período de 2 (dois) anos, com antecedentes constando positivos em sua certidão.

Ante o exposto, o art. 202 da lei de execução penal, também surge como o fundamento do direito ao esquecimento de forma automática:

Art. 202. Cumprida ou extinta a pena, não constarão da folha corrida, atestados ou certidões fornecidas por autoridade policial ou por auxiliares da Justiça, qualquer notícia ou referência à condenação, **salvo para instruir processo pela prática de nova infração penal ou outros casos expressos em lei.**

(sem grifo original)

Cabe frisar, que a execução penal no Brasil adota a teoria mista ou eclética que visa punir e humanizar.

Assim sendo, a aplicação da pena privativa de liberdade tem finalidade retributiva e preventiva. Segundo Falconi, “toda a sistemática da pena deve ter por escopo a reinserção do cidadão delinquente.” (FALCONI, 1988, p. 133):

[...] reinserção social é um instituto do Direito Penal que se insere no espaço próprio da Política Criminal (pós-cárcere), voltada para a do ex-convicto no contexto social, visando a criar um *modus vivendi* entre este e a sociedade. Não é preciso que o reinserido se curve, apenas que aceite limitações mínimas, o mesmo se cobrando da sociedade em que ele reingressa. Daí em diante, espera-se a diminuição da reincidência e do preconceito, tanto de uma parte como de outra. (FALCONI, 1988, p. 133)

Desta forma, o modo como o conjunto social se porta no acolhimento reeducando em seu convívio segundo (RAMOS FILHO, 2014), possibilita o amplo desenvolvimento da liberdade de opção da sociedade sendo assim, cortando a manipulação na formação de opinião por parte dos veículos de informação.

A sociedade ao reprimir aquele que saiu da prisão, vendo-o como uma má-pessoa e não lhe oportunizando direitos, pratica conduta mais cruel do que os castigos impostos pela condenação.

Tem-se o pensamento de que, pessoas que cometeram um delito, podem tem eventuais reincidências no crime e consequente probabilidade de retomo à marginalidade.

2.2 EX-APENADOS NO MERCADO DE TRABALHO

O Brasil passa por uma crise no mercado de trabalho, faltando emprego para pessoas qualificadas e que tem sua ficha limpa com a justiça e a desmotivação começa quando empregadores dizem “não tem emprego nem pra quem nunca foi preso, imagine pra ex-presidiário”.

De acordo com a legislação brasileira, o cumprimento de pena restritiva de liberdade tem como objetivo à reinserção do preso à sociedade. A maioria dos egressos prisionais são pessoas que estão em situação de vulnerabilidade social e econômica. Portanto, dificultar o acesso do ex-apenado as oportunidades no mercado de trabalho, é simplesmente deixa-lo abandonado pelo Estado mais uma vez, indo em contrário a todo um processo de reintegração árduo que este indivíduo vivenciou.

Schmitt (2006) ainda enfatiza com propriedade que:

“A exclusão social se revela anterior à própria pena. No início do ciclo temos uma sociedade excludente, onde os valores da pessoa humana e os valores sociais estão cada vez mais deformados e desrespeitados, enquanto, no final como resultado, temos um problema bem maior, frente a total exclusão das pessoas que são submetidas ao abandono dentro do cárcere, prejudicando ainda mais a formação humana.” (SCHIMITT, 2006)

No caso dos detentos e egressos, o Estado deve intervir, por meio do uso de políticas públicas, na aceitação dos mesmos no convívio social, garantindo a continuidade de suas vidas, a dignidade humana.

Não obstante, dada a superlotação, a falta de recursos financeiros e a estrutura de poder público associada aos presos, essa tarefa é difícil de realizar. A administração não possui o equipamento necessário para fazer cumprir as leis de execução criminal.

Seguindo este raciocínio, aos que viveram este de rito de passagem, e buscam seu lugar de direito na sociedade, como ser humano de merecido respeito, o Estado deve desenvolver uma política social de conscientização, de modo a incutir na sociedade o respeito mútuo, acreditando que o ser humano é capaz de regenerar-se.

A reintegração do apenado na sociedade busca beneficia toda a coletividade, uma vez que um trabalho dignifica o ser humano, principalmente um indivíduo que busca um convívio social, após pagar sua dívida com a sociedade e com a justiça, evitando assim que volte cometer delitos.

Ante o exposto, o direito ao esquecimento em sua efetividade não tem o intuito de apagar o que aconteceu e, sim, não usar disso como forma de discriminação e exclusão dessas pessoas por meio das novas tecnologias da informação (DALL'ASTTA, 2017). Assim, abrangendo as opções do apenado de ser livre de preconceito no meio social.

CAPÍTULO III – O ENTENDIMENTO DAS CORTES SUPERIORES

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) em pronunciamentos sobre o assunto, abre margem para discussão sobre sua aplicação em cada caso particular e especificamente quanto ao reconhecimento de tal direito como um método para salvar a honra do indivíduo.

O STJ teve a oportunidade de enfrentar a temática no emblemático REsp nº 1.335.153/RJ, em 2013, no qual se discutiu o conflito entre a liberdade da imprensa reencenar o assassinato de Aida Curi, ocorrido há 50 anos, e o direito ao esquecimento de parentes da vítima.

Considerou-se que as vítimas de crimes e seus familiares têm direito ao esquecimento, o direito de não se submeterem a desnecessárias lembranças dos fatos passados que lhes causaram dor. Contudo, como o caso concreto cuidava do famigerado assassinato de Aida Curi, um crime de repercussão nacional, não se reconheceu o direito aos familiares, pois a história já fazia parte do domínio público, não seria possível inviabilizar a atividade da imprensa.

A Globo entrou com recurso extraordinário, e o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que, como regra geral, a Constituição Federal é contrária a ideia de um direito ao esquecimento, mas abriu o precedente de que, eventuais excessos ou abusos no exercício da liberdade de expressão e de informação devem ser analisados caso a caso.

A análise do STF sobre o aparente choque entre os direitos de informação e de intimidade resultou na identificação de duas situações distintas.

Em uma delas, há apenas o descontentamento do sujeito com a informação que não lhe é conveniente, e nesse caso o direito à informação e a liberdade de imprensa assumem posição preponderante em relação à intimidade, à imagem e à vida privada.

A outra situação é o exercício irresponsável e abusivo dos direitos de informação, de expressão e de liberdade de imprensa, diante do qual o controle judicial deverá ser imperativo, sempre considerando as peculiaridades de cada caso.

O STF decidiu que o direito ao esquecimento não pode ser utilizado de forma abstrata para proibir a veiculação de fatos verdadeiros, obtidos de forma lícita, após a passagem de um longo período de tempo. Essa é a regra geral. Todavia, caso alguém seja vítima de abusos poderá recorrer ao Poder Judiciário que fará a análise do caso concreto para compatibilizar o exercício do direito à liberdade de expressão e imprensa com outros direitos importantes, como a intimidade e a vida privada.

Outro julgamento brasileiro de grande repercussão, também no âmbito do STJ, foi o REsp nº 1.660.168/RJ, em 2018. Esse caso discutiu justamente o pedido para que o nome de um indivíduo fosse desvinculado do resultado de pesquisa do Google. No fim, prevaleceu o direito individual ao esquecimento em detrimento do direito coletivo à informação, fixando-se, inclusive, multa diária caso o site não retirasse o nome da pessoa dos resultados.

O que desse cenário se percebe, é que a aplicação atual da legislação penal está muito longe de preservar o direito do apenado de dispor das informações que lhe competem da forma que lhe aprouver, isto é, de lhe facultar o direito de ser esquecido.

Dada a presença de uma dualidade antagônica entre lembrar ou esquecer, está linha de pensamento afeta os indivíduos em todo o mundo, exigindo assim um olhar interdisciplinar para melhor compreendê-lo. Venosa (2008, p. 177) adverte que “a tutela da intimidade torna-se cada vez mais preocupação de todos e não afeta unicamente pessoas que se destacam na sociedade”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observou-se ante a confecção deste artigo científico que o tema o direito ao esquecimento pode ser perfeitamente considerado como uma garantia fundamental da pessoa humana, integrante do rol dos direitos da personalidade que não visa apagar o passado, mas sim garantir meios para que as pessoas desenvolvam livremente a sua personalidade.

Com a era da hiperinformação e da internet, a reprodução e perpetuação de acontecimentos pertencentes ao âmbito da vida privada ficaram mais evidentes.

Por isso, o presente artigo levantou como problemática como o ordenamento jurídico tem tratado o direito ao esquecimento com a finalidade de proteger a honra, a dignidade e a integridade moral do ex-detento, e que diante disso possa ter um processo de ressocialização perante a sociedade. Isso prova que crime atribuído ao indivíduo continuamente, impedindo que o mesmo possa ter uma vida reconstruída, mesmo que após anos do acontecido, e década depois, seja trazido na memória, em ampla divulgação em canais midiáticos.

Os danos causados pelas novas tecnologias da informação estão se acumulando com a liberdade de imprensa quando há divulgação desnecessária de determinado fato pretérito que possa reativar dores já ultrapassadas.

Diante disso, tem total liberdade de refazer sua vida, garantido o direito no processo de ressocialização, e que todo o histórico de sua vida pregressa fique somente no passado, que jamais seja lembrada à medida que desabone sua vida e de sua família, deixando marcas que o impeçam de reconstruir sua vida.

O direito ao esquecimento e sua efetividade é colocado em perigo a partir do paradigma da ressocialização do apenado em processo de reinserção social, partindo das considerações atinentes às funções da pena, tendo sido apresentada as dificuldades inerentes a este processo e como o não resguardo do direito de ser esquecido é potencial causador de danos, e limitador da intenção do ordenamento de devolver o indivíduo que cumpriu pena ao convívio social adequado.

Conclui-se que o esquecimento é passível de aplicação no Brasil, como já vem sendo realizado pelos tribunais superiores. Por enquanto, na falta de legislação que trate do direito ao esquecimento e sem dispositivos suficientemente adequados a tutela dessa garantia, originando-se um indivíduo à mercê da segregação social iminente.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Constituição Federal de 1988. Brasília, DF: Senado, 2002.

BRASIL. Código de Processo Penal. Decreto lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Decreto-Lei/Del3689.htm>. Acesso em: 02 jul 2021.

BRASIL. Código Penal Militar. Decreto lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-1001-21-outubro-1969-376258-norma-pe.html>. Acesso em: 02 jul 2021.

BRASIL. Enunciado 531. Coordenador científico Ministro Ruy Rosado de Aguiar Júnior. – Brasília: Conselho da Justiça Federal, Centro de Estudos Judiciários, 2013. Disponível em: . Acesso em: 15 ago 2021.

BRASIL. Lei de execução penal (1984). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm. Acesso em: 12 ago 2021.

BRASIL, Marco Civil da Internet. Lei 12.695, de 23 de abril de 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm. Acesso em: 30 de ago de 2021.

BRASIL, Lei de acesso à informação. Lei nº 12.527, 18 de novembro de 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011/2014/2011/lei/l12527.htm . Acesso em: 04.ago. 2020.

COSTA JUNIOR, Paulo José. O direito de estar só: tutela penal da intimidade.2ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

DALL'ASTTA, Jade Coelho. Estudo de casos: direito ao esquecimento x direito à informação. 2017. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/235/11296/1/21235926.pdf> . Acesso em: 04.ago. 2020.

DARÉ, Geisa Oliveira. O direito ao esquecimento. Bauru: São Paulo, 2015.

FALCONI, Romeu. Sistema presidencial: reinserção social? São Paulo. Ícone, 1988.

FREDES, Andrei; DA SILVA, Sara Oliveira. O DIREITO AO ESQUECIMENTO DOS EGRESSOS DO SISTEMA PRISIONAL À LUZ DE UMA SOCIEDADE HIPERINFORMADA. Revista Eletrônica da Faculdade de Direito de Campos, v. 6, n. 1, p. 02-28, 2021. <http://www.revistas.uniflu.edu.br:8088/seer/ojs-3.0.2/index.php/direito/article/view/368>

GRECO, Rogério. Curso de Direito Penal – Parte Geral. 13ed. Rio de Janeiro: Impetus. 2011.

HUGO, Victor. Os Miseráveis, 1862. Tradução Regina Célia de Oliveira. São Paulo: Martin Claret, 2015.

MOUTINHO, Bruno Martins. Direito ao esquecimento como um direito fundamental. In: Arquivo Jurídico, v. 2, n. 2, jul/dez. 2015, p. 131-160.

OST, François. O tempo do direito. Tradução Élcio Fernandes. Bauru, SP: Edusc, 2005.

RIZZATTO NUNES, Luiz Antônio. O Princípio Constitucional da Dignidade da Pessoa Humana. São Paulo: Saraiva, 2002.

SARLET, Ingo Wolfgang. Os direitos fundamentais sociais na Constituição de 1988. Revista Diálogo Jurídico, Salvador: Direito Público, ano 1, v. 1, n. 1, abril 2011.

SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. Curso de Direito Constitucional. 7ª. ed., São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

SANTOS, Andryelly Lohany dos. Direito ao esquecimento no ordenamento jurídico brasileiro: proteção da imagem, honra e integridade moral do ex-detento. 2020. <https://dspace.uniceplac.edu.br/handle/123456789/410>

SANTOS, Arthur Guilherme Barros de et al. Direito ao esquecimento: o alcance da garantia fundamental frente a liberdade de informação e a expansão das novas formas de comunicação sob o paradigma do apenado. 2020. <http://191.252.194.60:8080/handle/fdv/844>

SARDINHA, Edson Luis da Silva. O direito ao esquecimento: considerações sobre o julgado do STF RE n. 1010606. 2021. <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/handle/123456789/1540>

SCHIMITT, Ricardo Augusto. **Análise crítica à execução penal antecipada: uma questão de razoabilidade, de proporcionalidade e de dignidade à luz da presunção de inocência.** In CUNHA, Rogério Sanches (organizador)... [et. al.] Execução penal: Leituras complementares. Salvador: JusPODIVM, 2006.

VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito civil: Parte geral. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

RESOLUÇÃO nº 038/2020 – CEPE

ANEXO I

APÊNDICE ao TCC

Termo de autorização de publicação de produção acadêmica

O(A) estudante MATTHÄWS LIMA DE SOUSA do Curso de DIREITO, matrícula 20171000104501, telefone: (62)984926528 e-mail MATTHAWSKIRAI@GMAIL.COM, na qualidade de titular dos direitos autorais, em consonância com a Lei nº 9.610/98 (Lei dos Direitos do autor), autoriza a Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás) a disponibilizar o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado DIREITO AO ESQUECIMENTO E AS DIFICULDADES DO APENADO PARA REINSERÇÃO NA SOCIEDADE BRASILEIRA, gratuitamente, sem ressarcimento dos direitos autorais, por 5 (cinco) anos, conforme permissões do documento, em meio eletrônico, na rede mundial de computadores, no formato especificado (Texto (PDF); Imagem (GIF ou JPEG); Som (WAVE, MPEG, AIFF, SND); Vídeo (MPEG, MWV, AVI, QT); outros, específicos da área; para fins de leitura e/ou impressão pela internet, a título de divulgação da produção científica gerada nos cursos de graduação da PUC Goiás.

Goiânia, 07 de Dezembro de 2021.

Assinatura do autor: Matthäws

Nome completo do autor: MATTHÄWS LIMA DE SOUSA

Assinatura do professor-orientador: 201A

Nome completo do professor-orientador: DR. NIVALDO DOS SANTOS